

O Crime	Periodicidade:	Semanal	Temática:	Justica
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	783
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	510000	Página (s):	1/16

06-10-2011



FORÇAS DE SEGURANÇA
PERDEM A PACIÊNCIA

**POLÍCIAS
AMEAÇAM INVADIR
PARLAMENTO
E “PRENDER”
DEPUTADOS**

Pág. 16

Pressão sobre o Orçamento de Estado

Polícias ameaçam invadir Parlamento!

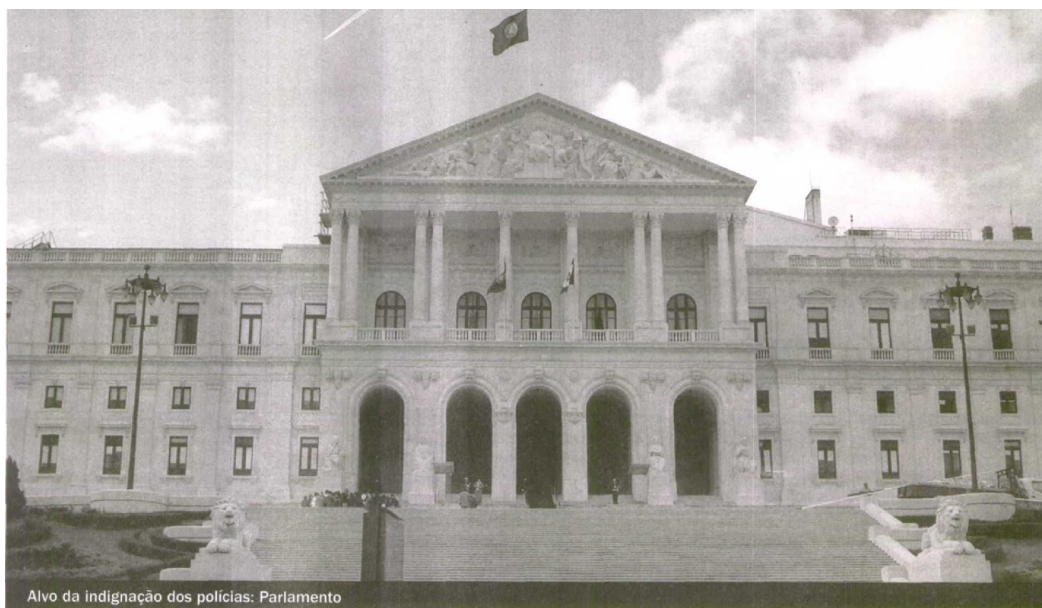
Carlos Tomás

A situação nas forças de segurança está ao rubro e os polícias estão a estudar formas de luta radicais caso o Orçamento de Estado para 2012 não contemple dinheiro para cumprir os novos estatutos da PSP e da GNR.

So um cordão de segurança feito por polícias de serviço impediu outros polícias de invadir o Ministério das Finanças, em Lisboa, no passado dia 28 de Setembro. O incidente não atingiu outras proporções graças à intervenção dos dirigentes sindicais e associativos da PSP e da GNR, que conseguiram acalmar os ânimos dos manifestantes e convencer o oficial da PSP responsável pela manutenção da ordem pública a não chamar o Corpo de Intervenção.

"O episódio dos 'secos e molhados' esteve quase a repetir-se. Se chamassem o Corpo de Intervenção dava-se uma explosão e não sei o que teria acontecido. A determinada altura já era complicado controlar os ânimos e qualquer coisa podia acender o rastilho", disse a "o Crime", António Ramos, presidente do Sindicato dos Profissionais de Polícia (SPP), um dos vários organismos que aderiu ao protesto que encerrou a "Semana da Indignação dos Polícias" e que foi promovido pela Comissão Coordenadora Permanente para exigir que seja resolvida a situação salarial da PSP, GNR, guardas prisionais, Polícia Marítima e ASAE.

Mas vêm aí novas formas de luta e mais radicais, algumas delas, segundo o nosso jornal apurou, preparadas à margem das próprias estruturas sindicais. Invadir a Assembleia da República e 'prender' os deputados pelo incumprimento



Alvo da indignação dos polícias: Parlamento

da lei que eles próprios aprovaram em 2009 é só uma das ideias que está a ser estudada.

"A situação actual dos profissionais da PSP atingiu níveis de preocupação jamais vistos. Tratam-se essencialmente de situações relacionadas com as perspectivas de carreira e com as remunerações decorrentes da colocação nos novos índices remuneratórios da função pública e que tardam em ser aplicados pelos sucessivos governos. Neste momento, os profissionais da PSP estão a ser discriminados em relação aos demais funcionários públicos e isso não augura nada de bom em próximos protestos", refere Pedro Magrinho, presidente da Federação Nacional de Polícias, admitindo que um cenário de invasão da Assembleia da República e a "prisão" dos deputados, ainda que simbólica, "são cenários perfeitamente plausíveis neste momento".

Uma opinião que é partilhada por Peixoto Rodrigues, presidente do Sindicato Unificado de Polícias: "O descontentamento é grande, a desmotivação é ainda maior e a situação económica dos profissionais da PSP roça a pobreza. Como é possível no dia a dia e perante as adversidades próprias da profissão, um polícia

desenvolver com total empenho as suas funções, estando preocupado com as despesas correntes do agregado familiar e com os eventuais cortes financeiros que ainda poderá vir a sofrer pelo retardar da regularização financeira das Polícias? Neste momento, o ambiente na PSP é de alto risco interno e social e não sei até que ponto os sindicatos poderão conter os ânimos."

Cumprir a lei

Pedro Magrinho é peremptório: "Os profissionais da PSP estão a atingir o limite, os sindicatos estão a ser bombardeados diariamente com pedidos de aconselhamento e até de ajuda por parte de elementos policiais, sem uma solução à vista. Exemplo deste forte descontentamento foi o 'passeio da indignação' da passada semana, que ficou marcado por duas situações inéditas em acções de protesto anteriores: o elevado número de participantes que envergavam as fardas da polícia e a situação vivida às portas do Ministério das Finanças. Isto tem de ser visto como um sinal de grande preocupação. Os polícias que sempre estiveram cientes das suas limitações em situações de protesto, estão agora eles próprios com dificuldades em conter-se dentro

desses mesmos limites."

Para Helder Andrade, responsável da Associação Sindical dos Oficiais de Polícia, o Governo está a subestimar a gravidade da situação: "As forças policiais constituem um dos pilares fundamentais num estado de direito democrático. Os polícias não podem de forma alguma ver os seus direitos, o bem estar pessoal e profissional ser sistematicamente colocado em causa, com decisões discriminatórias em relação à restante função pública. Não se pode aceitar que aqueles que primam pelo exacto cumprimento da lei e pela protecção dos cidadãos, venham eles a ser vítimas do incumprimento da Lei por parte do Estado português. O Governo está a facilitar. Há dados concretos de que a situação nas forças policiais é uma bomba prestes a rebentar. Nós temos avisado e a vinda a público de documentos confidenciais sobre matérias muito sensíveis é prova de que as coisas não andam bem. As massas têm uma força própria e futuras acções de protesto podem facilmente escapar aos controlos de quem as organiza."

Abrir concursos para promoções, agilizar o funcionamento das juntas médicas, unificar as carreiras de oficiais da PSP, lim-

par as chefias de comandos problemáticos são apenas algumas das medidas que, segundo Helder Andrade, poderiam amenizar o ambiente explosivo que se vive na PSP e sem que isso "custasse dinheiro ao Estado".

E o presidente do SPP, António Ramos, remata: "Os polícias esperam rápidas respostas do actual Governo, porque os polícias não são responsáveis pelas más decisões do anterior Governo. Muito se tem falado de eventuais cortes nos vencimentos dos elementos policiais, mas ainda não se ouviu falar em responsabilizar pessoas pelas decisões políticas e legislativas que conduziram a PSP ao estado lastimável em que se encontra actualmente. A punição política não chega. É preciso punir e responsabilizar criminalmente todos os que levaram o país e, consequentemente, as forças de segurança a este descabro. O SPP confirma que correm rumores na instituição que apontam para um movimento espontâneo de polícias - e na GNR estará a passar-se o mesmo - de invasão do Parlamento e detenção dos deputados: "As informações que temos é que estão todos à espera do Orçamento de Estado para o próximo ano, para decidirem se avançam, ou não, com essa ideia radical".